

ARTIGO

Quatro apontamentos para uma sempre inconclusiva avaliação conjuntural à quente: diálogos com David Gomes

Carla Benitez¹ | Gustavo Seferian²

Como citar este artigo: BENITEZ, Carla; SEFERIAN, Gustavo. Quatro apontamentos para uma sempre inconclusiva avaliação conjuntural à quente: diálogos com David Gomes. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e 26214. ISSN: 2525-8036.

Resumo: O artigo busca um diálogo fraterno e engrandecedor com o amigo e intelectual David Gomes, a partir de seu texto “Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico”. Seu resultado final e publicação significa, a nós, a satisfação de perceber a sobrevivência de rincões de diálogos críticos no deserto pseudo-produtivista da academia brasileira. Em síntese, neste artigo abordamos compreensões gerais sobre a análise estrutural e conjuntural realizada pelo autor, detendo-nos em alguns de seus aspectos, quais sejam: *i.* análise e diálogo complementar acerca do diagnóstico de David Gomes quanto ao esvaziamento de uma *teologia comunal* para uma ulterior prevalência de uma *teologia sacramental no Brasil*, buscando compreender os sentidos das experiências recentes de religiosidade no país; *ii.* Leituras críticas quanto à sua percepção do erigir de um Estado de Bem-Estar Social durante os anos de gestão do executivo federal capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores e os desdobramentos desta diferença de análise para pensar o significado da crise de segurança pública atual; *iii.* Debates teóricos e políticos quanto à caracterização dos movimentos sociais populares no Brasil e seus papéis sociais na contemporaneidade.

Palavras-chave: conjuntura; cristianismo da libertação; social-liberalismo; estado de bem-estar social; movimentos sociais.

¹ Carla Benitez Martins é Professora de Criminologia e Direito Processual Penal na Universidade Federal de Jataí. Bacharela em Direito pela Universidade Estadual Paulista (2008), mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011) e Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2018). Secretária Nacional do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). E-mail: carla.benitez.martins@gmail.com

² Gustavo Seferian Scheffer Machado é Professor de Graduação e Pós-Graduação em Direito na Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Direito (2008), Mestre (2012) e Doutor (2017) em Direito do Trabalho pela FDUSP. Pesquisador convidado, em sede pós-doutoral, do CéSor/EHESS/CNRS (2018). Pesquisador-Líder do GPTC-USP, membro da RENAPEDTS. Membro do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais – IPDMS. E-mail: seferian@ufmg.br

Qual não é o prazer em poder dialogar com um amigo? Afinal, não é essa a essência da amizade, a troca aberta, franca, afetuosa e potencializadora, marcada pelos mais genuínos e profundos sentimentos, sobretudo o amor? Sem nunca perder de mente que as amizades se fazem pelo deleite e para o deleite, na confiança e no auto-fortalecimento?

São essas as boas energias e motivações que nos movem a elaborar esse diálogo com o querido amigo, admirado intelectual e valoroso colega David Gomes, sobretudo desde o seu texto “Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico” (GOMES, 2021).

É esta a arte suave que exercitamos.

Esforço importante de sínteses elaborativas acerca do Brasil contemporâneo, tomado pelo impulso de homenagear o Professor Juarez Guimarães – um dos grandes responsáveis pela histórica recepção teórica e militante da democracia socialista no país –, expressa o artigo que ora discutimos a grandeza do homenageado em suas ambições e potências.

Pela própria natureza do escrito – ensaístico e erudito –, aponta para diversas caracterizações, diagnósticos e articulações teóricas que abrem aos leitores e leitoras infindas possibilidades de assimilação e enfrentamento. Impossível seria, pois, trazer apontamentos acerca de todos os relevantes temas que dele exsurtem.

Optamos, assim, por traçar alguns breves diálogos com o escrito, destacando aquela que nos parece a mais potente e certa avaliação feita por David Gomes (2021, p.11-18) – o tensionamento de uma *teologia comunal* outrora hegemônica no país por uma *teologia sacramental* –, bem como lidando com aquelas que nos soam ser as mais turvas percepções que despontam do texto – o diagnóstico de já se ter experimentado no Brasil um “Estado de Bem-Estar Social” e a caracterização dos movimentos sociais brasileiros como sendo hegemonicamente identitaristas na contemporaneidade –, isso sem deixar de perceber que tantas outras interlocuções seriam possíveis com temas diversos.

Assim, buscando um debate com o texto de David Gomes e mobilizando repertório teórico para estabelecer tais pontes – alguns comuns aos utilizados pelo autor, outros diversos, mas que da mesma sorte se voltam a uma mesma realidade social para conferir interpretação distinta –, pretendemos contribuir em profundidade nas análises e formulações colocadas pelo colega e amigo, que tanto nos engrandece e provoca com as trocas cotidianas.

I

Pretendendo-se um diagnóstico de período³, entendemos se tratar o texto de David Gomes efetivamente de uma leitura de conjuntura: ainda que com algum arrojo no recorte temporal de seu olhar, é de se ter em conta que a proposta de leitura segue a lição clássica do mineiro Herbert de Souza (1984, p. 8), o Betinho, tomando como categorias analíticas – explícita ou implicitamente mobilizadas – os "acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e articulação (relação) entre 'estrutura' e 'conjuntura'". Ademais disso, levamos em conta que leituras conjunturais não se limitam tão somente ao imediato vivido, mas também a processos de média e longa duração que o compõe, sendo o “quadro atual” apenas a desembocadura de uma leitura conjuntural (SOUZA, 1984, p. 45 e seguintes).

E esta análise de conjuntura, por certo, deve ser destacada em seus infimos valores. Muitos temas de suma relevância são tangenciados no escrito, demonstrando que, ao menos no que se refere aos pontos de atenção explicitados pelo autor, o escrito é irretocável – ainda que com ele guardemos diversas diferenças quanto a sua fina interpretação.

Dentre estes aspectos que devem ser entoados, destacamos (i) a percepção do golpe como modo por excelência das classes proprietárias no Brasil para lidarem, dentro da politicidade burguesa, com qualquer aparente ou mínima ameaça de desestabilização de suas condições de poder – ainda que nos pareça sua tomada enquanto tendência demasiadamente distante do que são as perspectivas postas pela crítica da economia política de Karl Marx enquanto tais; (ii) a emergência climática, que reclama uma lida cada vez mais atenta e urgente dos atores sociais em suas lutas por transformação do mundo em que vivemos; (iii) o colapso das políticas de segurança pública, que se pronunciam com o encarceramento em massa e a intensificação do genocídio de negras e negros no país; (iv) a proeminência da financeirização da economia capitalista contemporânea no país e no mundo; (v) a crescente pauperização das classes trabalhadoras no Brasil, fruto de políticas neoliberais e do descaso político-institucional para com a vida; (vi) o colapso da grande mídia no país, reputado, ao menos em parte, à “perda da centralidade da escrita”⁴; (vii) a insuficiência das políticas

3 A colocação foi trazida por David Gomes em 15 de junho de 2020, quando de apresentação das primeiras ideias de seu texto em curso que tomava-o por mote.

4 É certo que este tema, junto aos outros dois já ressaltados no escrito, poderia figurar como um dos que nutrimos profunda diferença com o autor. Percebemos que a história brasileira, pautada pela generalização do analfabetismo (minorado a contento apenas nas últimas décadas) e pela oralidade como vertebrante de nossa cultura popular, nem de longe poderia ser percebida – como o são as sociedades europeias – a partir da centralidade da escrita, a experimentar sua crise contemporaneamente. O diagnóstico de Gomes quanto a crise da grande imprensa – correto, bem dizer – nos parece ser colocado, porém, curiosa e contraditoriamente, na contra-

voltadas a uma efetiva Justiça de Transição, apta a afastar os assombros de um saudosismo da ditadura empresarial-militar tão em voga em tempos do governo Jair Bolsonaro; entre outros.

II

Todavia, a maior contribuição que resulta do escrito encontra-se na percepção quanto à viragem de concepção religiosa, sobretudo no que concerne ao cristianismo, experimentada no último período no país. É o que Gomes ressalta como sendo um esvaziamento de uma *teologia comunal* para uma ulterior prevalência de uma *teologia sacramental*.

Alguma reservas podem ser colocadas na tomada do problema que, de modo algum, maculam sua percepção geral, assaz original e relevante.

Primeiramente, em razão de não nos parecer propriamente uma inflexão dada apenas no âmbito da teologia dominante – já que esta é apenas uma repercussão no campo das ideias de um processo social que a precede (LÖWY, 1998) -, mas sim de uma experimentação para com a religiosidade cristã de modo geral, que guarda suas determinações fortes postas na vida cotidiana destas pessoas religiosas.

Então, se há uma viragem teológica, como aponta Gomes e disso não se discute, esta veio precedida de uma inflexão religiosa e eclesial prévia. Que por sua vez expressa, como não poderia deixar de ser, ao menos desde nossas compreensões pautadas na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, de que “a religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos” (MARX, 2010, p. 145). Daí que se há uma viragem teológica, essa só pode decorrer de uma guinada da religiosidade em si, que por sua vez se vê marcada profundamente pelos próprios modos de sociabilidade e vida.

A formulação, que nada tem de esquemática e que se coloca em abertura a outras determinações, por certo condiz com uma apreensão que toma estas dimensões da vida social a partir de sua complexidade material.

Compreendermos o fenômeno de modo diverso, ou por determinações inversas, implicaria em recaída idealista que por certo nós não nos amparamos e que, da mesma sorte, o autor com quem dialogamos não se arvora.

face da perda da centralidade da escrita, que se revela justamente na profusão da escrita de forma irrefreada, descontrolada e desqualificada. A escrita, pois, nunca foi tão relevante na sociedade brasileira, mas por certo não a escrita institucionalmente legitimada a que Gomes faz referência.

O segundo ponto que comporta nossa reserva quanto ao tema é uma sobrevalorização da institucionalidade eclesial e do papel do bispado na ação religiosa. Estes fatos se revelam, de um lado, desde uma assimilação sem modulações da narrativa eurocentrada que projeta uma marca forte da gênese da Teologia da Libertação – linhagem que o autor associa, e por certo também podemos associar, a uma teologia comunal, esta última de caráter bastante mais amplo – ao Concílio Vaticano II (item X), fazendo tábula rasa do movimento caracterizador de um cristianismo da libertação que desde os anos 1950 marcava a realidade social latino-americana. É o caso típico do Brasil, sobretudo desde a conformação das Juventudes Agrícolas, Operárias e Universitárias Católicas (as JACs, JOCs e JUCs), embrião mais relevante do que o Concílio Vaticano II da organização de base e ação política de católicos, já existente desde a década de 1940. De outro lado, mas em comunicação a este apego institucional, se nota pela projeção à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, o diagnóstico de um certo imobilismo dos religiosos católicos no país (como feito no item XXVIII). Em verdade se verifica que esta entidade não se funda, ainda na década de 1950, sob uma batuta progressista, comportando repaginação em suas direções, a ilustrar o imaginário também expresso por Gomes, no período em que o conjunto dos cristãos católicos se amparava em uma práxis religiosa de caráter comunal. Esta tônica progressista, que chega em alguns momentos a ser mesmo revolucionária, se perde com a perseguição dos principais nomes da Teologia da Libertação no papado de João Paulo II e a corrosão das bases sociais do Cristianismo da Libertação, isso para além da própria interdição da atuação de bispos ligados à perspectiva da Igreja dos Pobres. A leitura de Gomes impede de perceber, curiosamente, que mesmo em momento de grande retração social, desde as bases da própria Igreja Católica Apostólica Romana se nota uma revigoração da práxis comunal. Ainda que estes abalos tectônicos ainda não alcancem as estruturas da CNBB, advém sobremaneira da incorporação da economia de Francisco e Clara no horizonte das bases pastorais, bem como a assimilação das linhas programáticas ínsitas à Encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco.

O Sínodo da Amazônia e o fortalecimento da Rede Pentecostal Pan-Amazônica (REPAM) expressam esse movimento.

Mas como ressaltamos, os destaques – por certo não de menor importância, já que relevantes para a compreensão sociológica das religiões, seus movimentos e sua relação com a teologia desde uma apreensão materialista – em nada comprometem o importante diagnóstico geral feito por David Gomes, que constata a viragem de uma teologia comunal

para uma teologia sacramental no país, a que podemos associar a uma inflexão de um cristianismo comunal a um cristianismo sacramental.

Sua arguta percepção quanto ao ascenso das igrejas neopentecostais, e no cerne do catolicismo, da Renovação Carismática, revelam em muito a qualificação deste perfil de interpretação de mundo que se cristaliza no agir religioso.

Quanto a este particular, um outro comentário merece ser feito, e toma a importância que Gomes tem da crítica da economia política produzida por Karl Marx.

Esta nova expressão da religiosidade – e também da teologia – de caráter sacramental, não pode ser dissociada da afinidade existente entre a idolatria do objeto para com a idolatria da mercadoria, ou ainda mais, da mercadoria das mercadorias, o dinheiro. O caráter fetichista e espetacularizado (DEBORD, 2007) que permeia esta aproximação, apenas ensaiada no último parágrafo do item X do texto com que ora dialogamos – mas que por certo desta reflexão subjaz – desde a chave da afinidade eletiva entre a narrativa neoliberal e a narrativa sacramental-teológica parece-nos uma verdadeira manifestação do caráter fetichista hipertrofiado em que a teologia sacramental se baseia.

Daí que um aprofundamento, no campo da sociologia da religião e tomando a chave do fetichismo da mercadoria – não manejado pelo autor, mas que repetimos, nos parece subjacente à sua reflexão – nos soaria oportuno para o desenvolvimento de suas linhas teóricas. O mesmo valendo para com o apego à imagem, da televisão etc que marca tanto o neopentecostalismo quanto o movimento da Renovação Carismática.

Por fim, ainda quanto ao tema, lançamos aqui uma hipótese de que esta tão importante percepção, que traz consigo os principais contributos do escrito, resulta justamente da própria vivência do autor no cerne da Igreja Católica Apostólica Romana, sobremaneira, anos atrás, na construção da Pastoral da Juventude. A percepção situada desde um *locus* e uma experiência comunal de base e a assimilação processual da dissolução de seus pressupostos práticos e teológicos por certo denotam a potência de sua formulação.

III

Não obstante as valorosas contribuições de David Gomes à interpretação de nossa realidade social no último período, há alguns pontos que entendemos merecer questionamentos de maior contundência, como já mencionado acima.

Não se tratam propriamente de equívocos ou deslizes, mas de leituras diversas decorrentes de concepções sociais e políticas distintas, que se comunicam ao abordarem os mesmos temas, alcançando conclusões diversas.

Certamente, a mais impactante percepção do escrito que nos remete a alguns descaminhos encontra-se no diagnóstico de se ter experimentado no país um “Estado de Bem-Estar Social”, e mais, que este teria se conformado no curso dos governos social-liberais do Partido dos Trabalhadores na gestão federal.

Primeiramente, um aparte deve ser feito. A ideia de “Bem-Estar” não nos parece nem de longe adequada para caracterização das relações sociais capitalistas nesta etapa histórica analisada. Trata-se, mais do que tudo, de uma categoria de base moral, que mais turva do que elucida a compreensão da real.

O diagnóstico nos surpreende, sobretudo ante os profundos conhecimentos do autor sobre a teoria da dependência, manejada em estudos outros, assim como no escrito com que ora dialogamos. Se, de um lado, acerta em sua constatação que é a queda tendencial da taxa de lucros que aponta a crise do “Estado de Bem-Estar Social”, não é senão a própria condição dependente e periférica do capitalismo brasileiro que enseja a impossibilidade estrutural que este se esboce, desde nossa realidade social, enquanto forma de gestão política, econômica e social da ordem do capital.

Sempre lembrando que o Estado, enquanto forma política particular das sociedades de classe, assume caracterizações diversas em arranjos sociais também distintos, sem nunca perder seu papel de ditadura de classe (LÊNIN, 1980). Claro que, pensando no Estado capitalista, podemos notar distinções qualitativas entre regimes (como é o caso da ditadura e a democracia formal burguesa). Mas nunca tais arranjos proporcionaram outro destino que não a garantia dos arranjos de sociabilidade indispensáveis à reprodução das relações de produção funcionais aos interesses das classes no poder.

Ou seja, todo arranjo estatal visou, de uma forma ou de outra, pela institucionalidade política, garantir os meios de sociabilidade específicos de um determinado modo de produção, logo, atendendo a anseios de classes sociais específicas. Logo, todo Estado tem uma intencionalidade social, se assim podemos dizer, ao menos se tomarmos os campos da crítica marxista da sociedade, da economia, da política e do direito. Daí que que um “projeto não-social de sociedade” (item XVIII) nos parece uma contradição em termos, sobretudo em uma sociedade marcada pela forma política estatal.

O vocábulo “social” não nos parece, assim, servir a outro propósito que não o de percepção da garantia de uma dada sociabilidade. E não de uma salvaguarda protetiva de setores populares. Daí que

O Estado Social (...) busca designar a regulação das relações econômico-sociais capitalistas por meio de políticas sociais, e atribuir ao Estado capitalista suas determinações objetivas, sem mistificações, ou seja, quer mostrar que a incorporação de feições sociais pelo Estado não retira dele sua natureza essencialmente capitalista (BOSCHETTI, 2018, p.77)

Desse modo, “ainda que inserido e resultante da luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho, o reconhecimento da legislação social que garantiu a expansão dos direitos sociais tem uma funcionalidade política e econômica para o capital” (BOSCHETTI, 2018, p. 78), sem deixar de se ter em conta que “ao reconhecer e estender direitos sociais amplos, o Estado Social contradiz as requisições diretas do sistema de acumulação, daí sua natureza contraditória” (BOSCHETTI, 2018, p. 80).

Da mesma sorte, nos apoiaremos em outro importante intelectual marxista brasileiro, Eleutério Prado, que, desde uma leitura rigorosa pautada na crítica à economia política, aponta como devemos associar o papel do Estado e do pensamento político ideológico para a própria reinvenção dos padrões de acumulação de capital necessários para a sobrevivências das relações sociais capitalistas embebidas de incontornáveis contradições.

Assim como o Estado, o pensamento político ideológico é imprescindível para a conservação do capitalismo; ambos, o primeiro no plano da ação coletiva concentrada e da violência preventiva e repressiva e o segundo no plano do bloqueio da formação da consciência crítica, têm como função conservar a identidade de uma totalidade social contraditória.

Justamente porque são forças de conservação, o Estado capitalista e a ideologia liberal têm de acompanhar o próprio desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista, adaptando-se às mudanças mais profundas que ocorrem nas forças produtivas e, assim, nas relações de produção e na correlação de força entre as classes (PRADO, 2005, p. 129).

Eleutério Prado nos auxilia a tecer um pensamento complexo sobre as determinações estruturais da necessidade se erigir um dito Estado de Bem-Estar social em algumas realidades do globo em determinado período histórico e, de outro lado, as razões de não se fincar em terras como as brasileiras nesta mesma conjuntura.

O autor afirma que o acirramento das relações entre as classes, somado aos desafios da etapa monopolista da grande indústria levaram a uma atuação mais conciliatória e social do Estado, assim como reforçaram as ideias de um liberalismo social. Porém, ressalta que o dito Estado de Bem-Estar Social não chegou aqui. E isso não se deve ao fato do texto ser de 2005,

prévio ao desenredar completo dos governos social-liberais do Partido dos Trabalhadores na gestão federal. Mas sim por revelar as barreiras estruturais da implementação este desenho desde nossa realidade dependente e periférica, Isso quer dizer um Estado que regulamenta a concorrência, que balanceia a relação entre capitalistas e trabalhadores, que suplementa as atividades dos capitais privados. Ao invés disso, “nos países da periferia, em que faltavam as condições materiais de desenvolvimento para chegar rapidamente ao amortecimento das lutas de classes, o Estado tornou-se desenvolvimentista” (PRADO, 2005, p. 130). Estado desenvolvimentista que se desdobra em uma ditadura empresarial-militar. Isto nos aponta a necessidade de não se poder perceber as peculiaridades do desenvolvimento do estado periférico, ao menos do latino-americano e, mais precisamente, do brasileiro, sem este movimento geral.

Importa aqui frisar que, neste período por alguns denominado como Estado de Bem-Estar Social, “o liberalismo social foi a ideologia apropriada ao período da grande indústria, quando sobrevieram as crises do final do século XIX e quando o capitalismo tornou-se monopolista” (PRADO, 2005, p. 130).

O estado em sua versão neoliberal assume o papel de um “agente econômico ativamente passivo”, alicerce imprescindível da perpetuação das estripulias do mercado financeiro e aparato inteligente da contenção dos efeitos catastróficos da gestão social precarizante das vidas. E os governos federais do Partido dos Trabalhadores não fugiram a esse perfil.

Neste olhar histórico sobre as fases do processo de produção, seus respectivos modelos de Estado e suas ideologias, Eleutério Prado destaca que o liberalismo social, embasado nas noções de igualdade formal e ampliação dos direitos sociais, funcionava como solda para as relações sociais daquele período, no sentido de garantir o mais “harmoniosamente” possível que a exploração da classe trabalhadora acontecesse. Com a ativação dos limites absolutos do sociometabolismo do capital, ou seja, em uma fase na qual as contradições sociais não logram ser esquivadas, a ideologia neoliberal é a própria afirmação da contradição, como se inevitável fosse.

Com todos estes elementos, só podemos perceber como o lapso entre a gestação das ideias neoliberais, elaboradas no início do século XX, e sua implementação em nível global, apenas no último terço do mesmo século, demonstra que as diferenças na gestão do Estado capitalista não estão relacionadas, necessariamente, com mais ou menos humanidade, mas sim com as necessidades concretas em cada etapa de acumulação.

Dessa forma, entendemos que, porquanto perduram as amarras da sociedade do capital sob nós, é certo ter em conta que diversas formações do Estado Social foram experimentadas, em também diversas realidades sócio-históricas. E não só se está a tratar aqui da distinção existente entre a formação clássica do Estado Social e aquela advinda com o ascenso neoliberal. Estamos a tratar também das formações, como a experimentada no Brasil, que não guardaram registros protetivos como aqueles experimentados nas realidades europeias ocidentais. Isso decorre, fundamentalmente, das especificidades que marcam nossa história.

Não há como associar a uma cronologia constitutiva do Estado Social brasileiro ao desenvolvimento do mesmo nos países centrais do capitalismo – fundamentalmente os da Europa Ocidental. Muito menos podemos pensar uma associação qualitativa entre o Estado Social em nosso país e o Estado Social que se maturou fundamentalmente nos assim chamados “Trinta Anos Gloriosos” do capitalismo, dados ao cabo da Segunda Guerra Mundial, em que, com vistas à reconstrução do quanto destruído no maior conflito armado experimentado pela humanidade, pôde-se experimentar a ampliação das margens de lucro, a reprodução ampliada da relação social do capital e a maior participação das trabalhadoras e trabalhadores na partilha da riqueza social, naquilo que o já invocado Ernest Mandel (1982) convencionou chamar de *Capitalismo Tardio*.

Chega-se então à nossa segunda premissa: qualquer associação entre o desenvolvimento do Estado Social brasileiro e o Estado Social experimentado em outras realidades sociohistórica é falsa, e deve comportar relativizações em paralelos. Daí jamais podermos cogitar a vivência de um “Estado de Bem-Estar Social” tal qual o que se alega ter experimentado na Europa. E isso em qualquer momento de nossa história.

As distinções experimentadas na América Latina – e especificamente no Brasil – são marcadas pelo diminuto registro protetivo das trabalhadoras e trabalhadores, sobretudo quando comparados com os países centrais da ordem. Isso decorre, de um lado, da intensidade do processo de enfrentamento de classes – bastante mais agudo na realidade latino americana --, a reclamar uma máquina repressiva de maior proeminência e a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000), que levam as salvaguardas quanto à renda e às condições de saúde, segurança e higiene do trabalho se estabelecerem em limites mais reduzidos do que quando há o trato da força de trabalho nos países centrais da ordem.

No Brasil do final do século XX, com a implementação de políticas neoliberais iniciada por Itamar Franco, Fernando Collor e ganhando ainda mais corpo e impacto nas duas gestões do executivo federal sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (PSDB),

aprofunda-se a tendência de construção de um projeto inautêntico e dependente de país, calcado na forte exploração e no controle dos pobres.

No início do século XXI, mais precisamente de 2003 a 2016, nas gestões presidenciais do Partido dos Trabalhadores, o processo continua, com novas roupagens. Consideramos importante serem descritas, em linhas gerais, as configurações que caracterizaram a gestão do Estado brasileiro nesse período, com o intuito de demonstrar com mais precisão porque não nos parece adequado o seu enquadramento como um Estado de Bem-Estar Social.

Nesta sopa de possíveis conceitos para caracterizar a forma de gestão petista do Estado, adere-se aqui à concepção de que o neoliberalismo foi regido no Brasil, especialmente nas gestões capitaneadas pelo Partido dos Trabalhadores, por uma ideologia social-liberal, que ganha forma a partir das seguintes diretrizes:

No Brasil, a ideologia social-liberal gira em torno de três proposições políticas e analíticas: 1) o crescimento econômico, por si próprio, não traria a redução das desigualdades, havendo a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; 2) os gastos sociais não seriam baixos, ao contrário: eles deveriam tornar-se mais eficientes com a melhora da alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; 3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento em capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito (CASTELO, 2013b, p.356).

Conforme Rodrigo Castelo desenvolve, a noção do social liberalismo surge dos centros imperialistas diante da impossibilidade de empurrar algumas contradições geradas pelo neoliberalismo, devendo este incorporar também uma agenda social.

Em linhas gerais, o social-liberalismo reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história de organização social para a produção da riqueza. Suas falhas, principalmente no tocante à má distribuição e à destruição ambiental, tendem a se agravar em momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva. O Estado socialliberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da ‘questão social’, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio.

(...)

Este ajuste complementar pode ser chamado de social-liberalismo, que muda certos aspectos do neoliberalismo para preservar a sua essência, a saber, a retomada dos lucros dos grandes monopólios capitalistas via o novo imperialismo, a financeirização da economia, a reestruturação produtiva e precarização do mundo do trabalho, o aumento das taxas de exploração de força de trabalho, a reconfiguração das intervenções do Estado ampliado na economia e na “questão social”, o apassivamento e cooptação da classe trabalhadora e, em determinados casos, a decapitação das suas lideranças mais combativas (CASTELO, 2013b, p. 122).

Já mesmo durante a campanha eleitoral de 2002 – confirmada com a “Carta ao povo brasileiro” – estava anunciado que Luis Inácio da Silva – Lula - iria respeitar os ditames

neoliberais, com sua faceta social-liberal, porém sem colocar em risco os setores hegemônicos do capital, inclusive fazendo-lhes promessas de bons ventos.

Para Leda Paulani, o governo petista perpetua aí um discurso de “estado de emergência permanente”, que serviria como justificativa para sua continuidade da ortodoxia econômica neoliberal:

(...) quando Lula assume e abraça com determinação inimaginável o receituário ortodoxo de política econômica, o discurso oficial justificou tudo isso com a tese de que estávamos à beira do abismo, a economia derreteria como manteiga e desfazia-se como gelatina, ou seja, estávamos num típico estado de emergência que implicaria a admissão, mesmo por um governo “de esquerda”, mesmo por um governo do PT, de medidas o mais duras possível (e, até um mês antes, injustificáveis), a saber:

- elevação do superávit primário, para além do exigido pelo FMI (de 3,75% para 4,25% do PIB);
- enorme aumento da então já elevadíssima taxa básica de juros (de 22% para 26,5% ao ano);
- brutal corte de liquidez (pelo aumento do compulsório dos bancos), que, da noite para o dia, tirou de circulação 10% dos meios de pagamento) (PAULANI, 2010, p.123).

E daí em diante muitas outras medidas seguiram este caminho, sendo algumas delas:

i) pagamento do serviço da dívida ultrapassando 8% do PIB, ao mesmo tempo em que se repetia que não havia recursos para outros investimentos públicos; ii) transformação do sistema previdenciário brasileiro, abrindo espaço para as previdências privadas; iii) aprovação da lei de falências, atendendo, especialmente, aos interesses dos credores; iv) defesa da independência do banco central; v) ausência de uma reforma tributária que altere a desproporcionalidade da incidência de tributos entre ricos e pobres, inalterando a Lei de Responsabilidade Fiscal; vi) privatizações de rodovias, portos, hidrelétricas, bem como as sofisticadas privatizações indiretas da saúde, educação, cultura e outras áreas sociais via administração terceirizada por organizações sociais e fundações; vii) defesa e sustentação do agronegócio, com a aprovação da Lei de Biossegurança, autorizando a comercialização dos transgênicos; entre outros pontos.

E então podemos nos perguntar qual é a função e o impacto das políticas públicas de combate ao pauperismo, ampliadas significativamente a partir deste primeiro mandato. Antes de tudo, negritamos que a crítica acima não seria um cerrar de olhos para a relevância destas políticas, mas apenas uma percepção de que impactam os efeitos dos problemas sociais gerados por essa escolha histórica (e não rompida) de desenvolvimento do país, não tocando em suas causas.

A crise social teve um armistício neste período, seja pelo impacto inicial de programas de combate à miséria, tendo o Bolsa Família como carro-chefe, seja pela

possibilidade de perpetuar a ortodoxia econômica com a garantia de taxas de crescimento econômico, que eram traduzidas socialmente como desenvolvimento.

A política econômica é tão a mesma que os juros brasileiros alcançaram fama como os maiores do mundo, sendo um paraíso para a especulação financeira.

O que se concretiza é uma política pautada no que Plínio de Arruda Sampaio Júnior chamou “melhorismo”, pois atende a redução dos efeitos provocados pela própria perpetuação de um modelo e desde uma combinação individual e pelo consumo, distanciando-se das reivindicações coletivas de direitos e, principalmente, das mudanças nos processos de produção e trabalho. E não é apenas o instrumento partidário que se burocratiza, mas também o sindical, perdendo sua radicalidade e se rendendo ao papel negocial limitado.

Aos mais pauperizados, tais políticas compensatórias. Aos movimentos sociais historicamente aliados, o atendimento de demandas pontuais, porém fundamentais à sua própria existência. À significativa parcela de líderes partidários, sindicais e populares, cargos e privilégios nas estruturas do Estado. Aos representantes dos interesses do capital, a perpetuação intocada da reestruturação produtiva dos anos 1990 e da política econômica.

Rodrigo Castelo traz elementos, da política tributária regressiva, do compromisso com o pagamento dos juros da dívida, com a política monetária do Banco Central para alcançar as metas da inflação e agradar o grande capital, pela política aprofundada de reprimarização, com as privatizações, disfarçadas ou não. Estes e todos os outros elementos já elencados como características do início da jornada petista no executivo federal fazem com que se conclua que o social-liberalismo permaneceu hegemônico em toda a condução da política econômica, “ou seja, o social-liberalismo ainda domina setores-chave do Estado, angariando ganhos multibilionários de renda e riqueza para as frações rentistas da burguesia e demais aliados do bloco de poder dominante” (CASTELO, 2013a, p. 128-129). E complementa em seguida: “O cerne da questão reside na manutenção de uma política econômica que estimula o aprofundamento da economia política da financeirização e do novo imperialismo, processo gestado desde os anos 1990” (CASTELO, 2013a, p. 129).

Dessa maneira, nestes 13 anos, podemos concluir que se implementou no país um processo conservador de desenvolvimento que conjugava políticas assistenciais de distribuição de renda com a maior centralização de capitais da história brasileira, pois, com o fortalecimento e favorecimento da burguesia, o Estado auxilia e subsidia – tendo o BNDES como principal fonte – os processos de fusões e concentrações de grupos econômicos. Os ganhos sociais são mínimos perto da “Bolsa Empesarial” (PAULANI, 2010, p.128).

concedida ao longo desses anos, sendo inegável que isso resulta em um fortalecimento não apenas econômico, mas também, e principalmente, político da burguesia brasileira.

A decorrência dessa aparente conciliação de interesses tão contrapostos foi a sua insustentabilidade, com uma etapa política e econômica subsequente de ainda maior austeridade e mais retirada de direitos e violência, garantida por meio de um golpe de Estado.

Deste posicionamento quanto às caracterizações históricas do Estado brasileiro e a discordância, de nossa parte, no que se refere à adequação do uso da definição de Estado de Bem-Estar Social para descrever a gestão do executivo federal capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores, deriva outra divergência com David Gomes de leitura conjuntural, qual seja a identificação dos fatores explicativos deste golpe de Estado que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff da presidência, ocorrido em 2016.

Desde esta chave do social-liberalismo e das modulações de ritmos e conciliações na gestão do capital no país entre os anos de 2003-2016 não nos parece adequado concluir que o golpe derivou da ameaça colocada pelo progressismo petista aos interesses dos setores componentes da direita da ordem, mas sim de um esgotamento desta etapa conciliatória de classes, com o avanço tardio dos efeitos da crise mundial de 2008 espreada desde o norte global para o restante do mundo.

Os trezes anos do Partido dos Trabalhadores também significaram um fortalecimento econômico e político dos setores burgueses no país e parte deles percebiam no descontentamento social reverberado nas ruas desde 2013 uma oportunidade para a ruptura com esta gestão do Estado, permitindo uma aceleração das medidas de austeridade econômica e ataque a direitos sociais.

Para encerrar este bloco de reflexões impulsionadas pela leitura instigante do texto de David Gomes, não poderíamos deixar de destacar que nos é fonte de satisfação constatar que, para o autor, o tema da segurança pública precisa estar no feixe das questões centrais para compreender esta conjuntura social intensificadora do feitio barbarizante do sociometabolismo capitalista. A nós também é imprescindível.

Temos acordo pleno quanto ao aprofundamento do caráter violento e destruidor da política de segurança pública em um governo com caracterização neofascista e que aponta para a paulatina destruição de quaisquer mecanismos de controle social do arbítrio dos órgãos e agentes da segurança pública.

De outro lado, não poderíamos deixar de registrar, singelamente, que não houve ruptura da tendência neoliberal de política criminal nos mais de doze anos de gestão federal

petista, não por uma inevitabilidade desta, mas sim porque nossa trajetória de perpetuação colonial foi mantida também nesta etapa.

Infelizmente não teremos condições de abordar em detalhes o assunto dentro desta proposta de escrito, mas já tivemos oportunidade de realizar um diagnóstico detalhado sobre em outras oportunidades (BENITEZ, 2018) e não temos receio de afirmar que nestes anos 2003-2016 paulatinamente se enfraqueceu, até que se abandonou de vez, quaisquer tentativas de tensionamento na pauta em prol da construção de uma perspectiva de segurança cidadã ou segurança para direitos.

Na contramão disso, se aprofundou significativamente um caráter belicista e militarizado da política de segurança pública, bem como da política criminal. Ao ceder às pressões internacionais – e das grande corporações - quando da realização dos Megaeventos esportivos no país, bem como nos pactos eleitorais e legislativos com a bancada da bala, não se tocou um milímetro sequer na reversão do impacto da Guerra às Drogas no país, no emergencialismo e populismo penal, no fortalecimento da Polícia Federal sem contrapartida com a ausência de criação de mecanismos de controle popular e em tantos outros aspectos centrais para que haja a construção de uma proposta alternativa de segurança pública.

Com isso não estamos afirmando que de 2016 para cá a situação não seja mais preocupante, mas sim que os primeiros 15 anos do século XXI foram determinantes para a consolidação do paradigma bélico de segurança, que hoje se desabrocha sem medo.

IV

Como segundo ponto a servir de crítica no escrito, encontra sua abordagem dos movimentos sociais. E se pudemos perceber desde a trajetória pessoal de David Gomes na construção pastoral, bem como sua vivência junto a estratos das classes trabalhadoras em sua lida com a religiosidade cristã no último período, ter sido o elemento concreto a proporcionar um arguto olhar à viragem posta nas manifestações religiosas em nosso país, o mesmo não se deu quanto a outros movimentos sociais.

Supomos, assim, tenha sido a mesma tomada de referências desde a realidade social experimentada pelo autor que o fez notar, ao revés da profundidade para com a lida do outro tema, de forma obnubilada a conformação dos movimentos sociais populares que hoje pulsam no Brasil.

Tece David Gomes contundentes críticas ao identitarismo que marca as organizações políticas, entidades e movimentos sociais na contemporaneidade. As críticas por ele elaboradas são de todo pertinentes, ainda que reclamando alguns reparos de trato terminológico – a exemplo da reiterada menção neológica a uma “população não-heterocisnormativa”, coisa sem gravidade, que talvez merecesse só melhor menção desde do que são as terminologias autodeterminadas e autoreferenciadas pelo próprio movimento LGBT⁵. Revelam, como aponta o autor no item XII de seu texto utilizando-se do mesmo termo que serve de título à obra principal de Assad Haider (2019), a verdadeira armadilha que a identidade pode tornar-se.

Ocorre que, ao revés do apontado pelo autor, esta fração do movimento social não expressa nem de longe o que é a totalidade dos movimentos sociais (algo percebido e exposto no texto, ainda que timidamente, no item XXII), caracterizando, na realidade, uma parcela diminuta – em que pese bastante verborrágica e barulhenta na virtualidade, pautada pela tônica da lacração e do cancelamento – dos que se colocam em ação.

Este é o perfil do movimento social que transita com peso na universidade brasileira – sobretudo dos grandes centros urbanos –, nas redes sociais, nos holofotes da grande mídia e que, particularmente, em Belo Horizonte encontra uma expressiva ressonância. Importante registrar que mesmo este movimento de caráter identitário é composto majoritariamente de pessoas oriundas das classes trabalhadoras, ainda que guardando um componente considerável de extratos das classes proprietárias e da pequena burguesia⁶.

Ocorre que não se trata este o perfil da maior parte dos movimentos sociais que se coloca em luta neste período, quer seja no conjunto do país, quer seja na própria capital mineira.

Olhemos para a constituição, desde finais dos anos 1980, do mais massivo movimento de luta pela terra da América Latina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e todos os outros movimentos componentes da Via Campesina vertebrados no Brasil – Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) e tantos outros.

Olhemos para a miríade de movimentos de luta por moradia, a povoar e pintar os prédios abandonados nos centros das principais cidades brasileiras. Dentro deste espectro,

5 E esta terminologia tomamos nós por se tratar da referência reivindicada, inclusive no cunhar de documentos, no cerne da IV Internacional. Vide SEFERIAN, 2019.

6 Preferimos manejar na discussão sobre classes sociais operando a partir de categorizações caras à tradição marxista, da qual também David Gomes bebe, em que pese neste particular dela distando.

olhemos para o papel que o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) cumpriu nesta última quadra histórica, compondo vivamente as articulações massivas responsáveis pelo processo em curso de reorganização da esquerda no país. Nesse particular, o olhar para Belo Horizonte se reclama em muito, sobretudo tendo-se em conta a forte atuação das Brigadas Populares e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) nos processos de ocupação urbanas que na última década pulularam na cidade.

Olhemos para o que foi nos anos 1990 a Marcha Mundial de Mulheres atuante no país e o que é, nos anos 2000, a Marcha das Margaridas, a Marcha das Mulheres Negras, a primavera feminista que sinaliza para uma renovação do movimento feminista com seus sentidos em disputa e que tem no “Fora Cunha”, nos protestos contra os retrocessos na pauta do aborto legal e da descriminalização geral do aborto no país e, principalmente, no aprofundamento do caráter contestatório e anti-capitalista das manifestações no 8 de Março dos últimos cinco anos, impulsionadoras de atos massivos e Greves Gerais nos meses subsequentes.

Olhemos para as rearticulações políticas dos povos indígenas do Brasil e de suas resistências incansáveis por seu território, sua cultura e possibilidades de reproduzir suas existências autêntica e dignamente. O fortalecimento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e Coodernadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) revelam a resistência organizada que ocupa Brasília com cores e radicalidade em todos os Abris e que vem impulsionando uma rede de solidariedade e mobilização internacional em defesa da Amazônia e do cerrado brasileiro.

Olhemos para o movimento de favelas, as torcidas antifascistas, o movimento negro e as articulações impressionantes dos trabalhadores e trabalhadoras de aplicativos como os setores dinâmicos capazes de questionar a política genocida de Jair Bolsonaro durante a pandemia do coronavírus.

Estamos em um momento defensivo, isso é inegável. O império ideológico burguês torna-se musculoso e uma significativa parcela das classes trabalhadoras sustenta o governo de extrema-direita e neofascista de Jair Bolsonaro. Mas isso não significa, como em tantos outros momentos da nossa história, que a luta de classes não seja dinamicamente movimentada por polos e a resistência popular não deixa de pulsar e de se reinventar.

Do mesmo modo, há sim que se refletir sobre o identitarismo, mas sem cairmos no risco ou de descrevê-lo como um mal que cai do céu ou como um problema intrínseco às lutas específicas de combate às opressões. Não que David Gomes assim o faça, mas é importante

perceber a armadilha do identitarismo atrelada a um contexto de: i) esfacelamento dos laços sociais, individualismo e profusão do mito da meritocracia; ii) apropriação capitalista da pauta identitária pelo discurso liberal, do empreendedorismo, microcrédito e afins; iii) desorganização da classe derivada do processo de apassivamento e cooptação derivados da “hegemonia às avessas” do petismo; iv) negligência de setores massivos das classes trabalhadoras ao não reconhecer, historicamente, a importância da auto-organização dos grupos oprimidos e de se centralizar o programa político – tático e estratégico - desde uma profunda racialização e generificação do mesmo.

Deste modo, arrogar um suposto descolamento do movimento social ao interesse dos setores mais pobres da sociedade, para além de expressar imensa imprecisão no diagnóstico da realidade concreta, leva a aposta de Gomes a recair na própria tendência que critica no item XXII de seu texto: um vanguardismo substitucionista mais funcional à imobilidade e à atrofia de mediações do que a um vetor de promoção de movimentos.

Ao tomar o particular experimentado como geral, e em sendo este particular atravessado por uma vivência marcadamente ambientada no certame universitário, nos últimos anos, por certo distorções na percepção qual a exposta poderiam se produzir. E se produziram.

Mas não se trata, porém, de uma mácula incontornável.

Em um diagnóstico bastante mais arguto e acertado ao tratar de tema correlato – que talvez tenha sido o berço de suas reflexões que, ao generalizar-se, perdem em acuidade –, o mesmo autor trava importante debate sobre a estetização da política no carnaval de Belo Horizonte em artigo publicado neste periódico (GOMES, 2019). Tomando de forma complexificada e bem menos reducionista a expressão deste movimento social do campo da cultura, revela, a *contrario sensu*, que generalizações desconectadas da multiplicidade de agentes sociais coletivos em luta representam armadilhas tão perigosas quanto o identitarismo.

V

Neste caminho, não pretendemos frisar quem está mais certo ou menos errado, mas expressar ênfases vigorosas em pontos de destaque e posições diversas – sínteses de visões sociais de mundo distintas, a remeter a obra traduzida ao português por Juarez Guimarães, homenageado por David Gomes em seu texto (LÖWY, 1988) – sobre temas pulsantes de nosso tempo e sobre nosso país.

Deste modo, não se esgotando em apontamentos “internos” ou fechados aos próprios argumentos de *Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico*, pretendemos fundamentalmente oxigenar desde fora as inflamáveis ideias tomadas no texto do colega e amigo. Até em razão de não se tratar esta de uma avaliação, mas sim de um diálogo crítico.

São chaves e puxões que nos colocam apenas em maior proximidade, sempre com o anseio de uma crescente interlocução.

Muito mais nos caberia a tecer quanto à importante leitura conjuntural de David Gomes, e muito mais faremos oportunamente.

Crendo ser essa a única dinâmica impulsionadora de práticas e ideias, e na forte esperança de que as reflexões lançadas no texto ora debatido possam ser desenvolvidas, prolongadas, complexificadas e repensadas – ou algumas delas até mesmo revistas! -, é que, modestamente, apelando para a valorização da centralidade escrita onde esta deve ser central – na produção teórico-acadêmica – é que registramos o prazer sem tamanho em contribuir com essa formulação de fôlego em debate público. Pois é na esfera pública que as boas trocas devem estar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENITEZ Martins, Carla. **DISTRIBUIR E PUNIR?** Capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). 2018. 353 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. “Crítica marxista do Estado Social e dos Direitos no Capitalismo Contemporâneo”. In; BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elaine, LIMA, Rita de Lourdes de (org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

CASTELO, Rodrigo. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GOMES, David F. L.. *Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico*. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, 2021.

HAIDER, Assad. **Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje**. Trad. Leo Vinicius Liberato. São Paulo: Veneta, 2019.

LÊNIN, Vladimir Iliunov. “Estado e Revolução”, in **Obras Escolhidas**, Vol. II, Trad. Instituto de Marxismo-Leninismo anexo ao CC do PCUS. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx e o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do**

conhecimento. Trad. Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Lèwy, 2a ed., São Paulo: Busca Vida, p. 1988.

. **La guerre des dieux**: religion et politique en Amérique Latine. Paris: Félin, 1998.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Trad. Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do Direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2010.

GOMES, David Francisco Lopes. **Brasil, 2020**: tentativa de diagnóstico. Disponível em: <https://ufmg.academia.edu/DavidGomes>, s/e, 2020.

. “Cultura e política: entre a potência da performance, os riscos da estetização e o esquecimento das diferenças de classe”. **Revista de Ciências do Estado**, v. 4, n. 2, p. 1-13, 19 dez. 2019.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. *In*: BRAGA, Ruy Braga;

OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele (org). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

SEFERIAN, Gustavo. “A sexualidade é uma questão política”: a IV Internacional e a luta pela libertação das LGBTs”. *In*: **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2019 - Marxismo sem tabus – enfrentando opressões**, Niterói, agosto de 2019, disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC18/MC181.pdf>

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOUR NOTES FOR AN ALWAYS INCONCLUSIVE CONJUNCTURAL ANALYSIS ON THE SPUR OF THE MOMENT: DIALOGUES WITH DAVID GOMES

Carla Benitez / Gustavo Seferian

How to cite this article: BENITEZ, Carla; SEFERIAN, Gustavo. Quatro apontamentos para uma sempre inconclusiva avaliação conjuntural à quente: diálogos com David Gomes. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e 26214. ISSN: 2525-8036.

Abstract: The article seeks a fraternal and aggrandizing dialogue with the friend and intellectual David Gomes, based on his text “Brasil, 2020: tentativa de diagnóstico” (“Brazil, 2020: diagnostic attempt”). Its final result and publication means, for us, the satisfaction of perceiving the survival of corners of critical dialogues in the pseudo-productivist desert of the Brazilian academy. In summary, in this article we approach general understandings about the structural and conjunctural analysis carried out by the author, focusing on some of its aspects, which are: i. complementary analysis and dialogue about the diagnosis of David Gomes

regarding the emptying of a *communal theology* for a further prevalence of *sacramental theology* in Brazil, seeking to understand the meanings of recent religious experiences in the country; ii. Critical readings regarding his perception of the erection of a Welfare State during the years of administration of the federal executive led by the Partido dos Trabalhadores (Workers' Party) and the unfolding of this difference in analysis to think about the meaning of the current public security crisis; iii. Theoretical and political debates regarding the characterization of popular social movements in Brazil and their social roles in contemporary times.

Keywords: conjuncture; Liberationist Christianity; social-liberalism; Welfare State; social movements.